

TRIBUNAL DE C

e-DOC 67AF943A

Protocolo:

638/2021

e-Doc: D0B2553E

17/04/2021 09:58:34

www.tc.df.gov.br/consultas





Aviso nº 550 - GP/TCU

Brasília, 15 de abril de 2021.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que mediante Despacho (cópia anexa) exarado em 2/3/2021, no âmbito do processo TC-000.367/2021-4, o Relator Ministro Bruno Dantas, com fulcro no art. 157 do RI/TCU, visando o saneamento dos autos, determinou diligência a esse Tribunal para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar do recebimento deste Aviso, forneça ao Tribunal de Contas da União o acesso elencado no item 28, alínea “d” da respectiva instrução técnica que também segue em anexo.

Esclareço que o mencionado processo trata de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Por oportuno, informo que esclarecimentos adicionais podem ser obtidos, no horário das 13h às 17h, junto à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana, responsável pela instrução do processo (Tel.: 61 3527-7690 – e-mail: seinfraurbana@tcu.gov.br).

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
PAULO TADEU
Presidente Tribunal de Contas do Distrito Federal
Brasília – DF



Processo: 000.367/2021-4

Natureza: Representação

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de
Saúde do Distrito Federal

Responsável(eis): Não há.

Interessado(os): Não há.

DESPACHO

Conheço da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 e do Regimento Interno deste Tribunal, além do art. 103, § 1º, da Resolução–TCU 259/2014.

Ante as informações levantadas pela unidade instrutora, **autorizo** as medidas propostas (peça 13), com as cautelas e alertas de praxe.

Brasília, 2 de março de 2021

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Relator

Re: Aviso nº 550 - GP/TCU

Dayana Souza <dayanaseprocrj@gmail.com>

Sex, 16/04/2021 15:21

Para: protocolo <protocolo@tc.df.gov.br> 4 anexos (473 KB)

RELATORIO.pdf; PRONUNCIAMENTO.pdf; DESPACHO.pdf; aviso.pdf;

Boa tarde.

Segue anexado novamente. Desculpe me o erro do e-mail anterior.

At.

**Dayana Souza***Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro**Seproc - 3º Serviço de Comunicação Processual/DICOM**Agente Administrativa/ SECEX-RJ* (21) 3805-4242Em sex., 16 de abr. de 2021 às 14:34, protocolo <protocolo@tc.df.gov.br> escreveu:

Prezada Dayana,

Informo que não foi possível visualizar o documento em função do arquivo não estar em um formato válido. Solicitamos seu reenvio em formato .pdf.

Atenciosamente,

Cláudio Márcio de Souza Oliveira

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Coordenadoria de Gestão de Documentos e Preservação da Memória Institucional

61 3314-2114

De: Dayana Souza <dayanaseprocrj@gmail.com>**Enviada em:** sexta-feira, 16 de abril de 2021 11:20

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Segecex/Coinfra

Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

TC 000.367/2021-4**Apenso:****Tipo de processo: REPRESENTAÇÃO****PRONUNCIAMENTO DA UNIDADE**

Manifesto-me de acordo com a proposta formulada pelo(a) AUFC MARCOS DONIZETE MACHADO.

Declaro, ainda, que foi verificado, no que se mostrou aplicável, o atendimento ao disposto na Resolução – TCU 315/2020.

SeinfraUrb, em 12 de fevereiro de 2021.

(Assinado eletronicamente)

KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA



TC 000.367/2021-4

Tipo: Representação

Unidade jurisdicionada: Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Advogado ou Procurador: não há

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: oitiva e diligência

Exmo. Ministro Bruno Dantas, relator do processo (peça 11)

1. Cuidam os presentes autos de formulação de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Os fatos descritos a seguir foram obtidos no âmbito do Relatório de Acompanhamento (Racom), decorrente de solicitação do Congresso Nacional, para a realização de fiscalização nos recursos federais repassados ao Governo do Distrito Federal para o enfrentamento da pandemia da Covid-19.

2. O referido Racom é objeto do TC 035.961/2020-1, sob responsabilidade da Secretaria de Controle Externo da Saúde, e os documentos que serviram de base para essa representação foram encaminhados a esta unidade por conta do objeto, montagem de hospital de campanha e pela expertise desta Secretaria no tema. O objeto dessa representação é a dispensa de licitação 453/2020, com orçamento estimado em R\$ 6.077.270,20. A empresa vencedora da disputa foi a Contarpp Engenharia Ltda, CNPJ 26.412.148/0001-27, que apresentou proposta de R\$ 5.092.313,27, valor pelo qual foi assinado o contrato 67/2020 com a SES/DF.

BREVE HISTÓRICO

3. A atuação do Tribunal TCDF foi iniciada a partir de representação formulada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções Eireli, CNPJ 20.936.189/0001-36, em que alega ter sido alijada da dispensa de licitação 453/2020, destinada à implantação de hospital de campanha do Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de duzentos leitos de internação para tratamento de pacientes com Covid-19. A empresa, na ocasião, pediu a suspensão cautelar da contratação

4. Segundo a empresa, a SES/DF teria descartado proposta financeira mais vantajosa, com o agravante de omitir os motivos que ensejaram a sua inabilitação. Ao analisar os argumentos, a equipe do TCDF entendeu que estavam presentes os indícios de irregularidades no procedimento e propôs ouvir os argumentos da SES/DF, bem como da empresa vencedora da dispensa de licitação (peça 1, p. 4-5). O relator do feito naquele Tribunal, Conselheiro Manoel de Andrade, entendeu que a adoção de medida cautelar seria exagerada, mas determinou a manifestação dos envolvidos, SES/DF e empresa vencedora, nos termos propostos pela unidade instrutiva.

5. Em análise efetuada pela primeira divisão da Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais do TCDF, foi concluído que os esclarecimentos não foram suficientes para sanar as dúvidas levantadas na representação e determinou novamente à SES/DF que se manifestasse quanto aos seguintes itens:

- a) exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, considerando que os itens objeto da contratação se referem predominantemente a serviços comuns de engenharia;
- b) ausência de respostas aos pleitos da empresa representante;



- c) metodologia utilizada para dimensionamento das quantidades dos itens de serviços e para a obtenção dos preços dos serviços;
- d) ausência de planilha orçamentária na proposta da empresa vencedora.

6. Novamente o relator do processo concordou com a unidade técnica, determinando à Secretaria de Saúde do DF que apresentasse os esclarecimentos solicitados e, ainda, facultou à empresa vencedora que se manifestasse quanto à ausência da planilha orçamentária (peça 4).

7. Em análise da nova documentação encaminhada, a unidade técnica do TCDF entendeu que os argumentos apresentados pela SES/DF “foram dispersos e superficiais”, permanecendo grande parte das irregularidades. Em acréscimo, verificou fortes indícios de sobrepreço, estimado em R\$ 1.483.087,75, o que equivaleria a 29,12% do valor contratado (peça 6, p. 17-18). A proposta de encaminhamento é para que a Secretaria de Saúde apresente justificativas para as irregularidades apontadas.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

8. Com efeito, esta representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, uma vez que se tratam de recursos repassados pelo governo federal à SES/DF, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade.

9. Além disso, a unidade técnica SeinfraUrbana possui legitimidade para representar junto ao Tribunal, consoante disposto no caput do art. 237, VI, do RI/TCU.

10. Ainda, conforme dispõe o art. 103, § 1º, in fine, da Resolução – TCU 259/2014, verifica-se a existência do interesse público no trato da suposta irregularidade/ilegalidade, pois a contratação a partir de edital contendo cláusulas restritivas, o cerceamento do contraditório à licitante e a elaboração de planilha com sobrepreço poderia causar substancial prejuízo ao erário público.

11. Dessa forma, a presente representação poderá ser objeto de apuração, para fins de comprovar a sua procedência, nos termos do art. 234, § 2º, segunda parte, do Regimento Interno do TCU, aplicável de acordo com o parágrafo único do art. 237 do mesmo RI/TCU.

EXAME TÉCNICO

12. A documentação acostada aos autos demonstra que, apesar de diversas oportunidades, a Secretaria de Saúde do DF não foi capaz de justificar a exigência de experiência anterior de serviços de manutenção predial ou construção de edificações especificamente hospitalares, o que afronta o art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência dominante do TCU.

13. Em adição, ao longo do trabalho desenvolvido pela unidade técnica do TCDF, os auditores verificaram fortes indícios de sobrepreço. O valor estimado do dano, de R\$ 1.483.087,75, foi obtido a partir de apenas dois itens: i) remoção de forro e ii) fornecimento e instalação de forro. Para efeito de comparação, a equipe do TCDF adotou como referência outro contrato contemporâneo ao analisado, levado a cabo pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

14. E ainda, entre as peças fornecidas a esta unidade técnica, também consta um relatório técnico elaborado pela Secretaria de Perícias e Diligências do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O relatório apresenta outras inconsistências no orçamento base da licitação, como ausência de detalhamento em itens de serviços e o uso de preços em unidade “verba”, mas não arrisca apontar um sobrepreço pois “dadas as condições de especificidade dos serviços, incertezas e lacunas na planilha orçamentária da obra, as informações restaram insuficientes para bem caracterizar qualquer dano ao erário até o momento”.



15. Outra informação relevante apontada no relatório do MPDFT é que os seis primeiros colocados foram desqualificados tecnicamente pela comissão que avaliou os atestados de capacidade técnica. O vencedor do certame foi a empresa que apresentou a 7ª proposta em termos de preço.

16. Apesar dos esforços empreendidos pelos órgãos de controle mencionados, considerando que o TCDF adotou como referência os preços de outra contratação e não de sistemas oficiais e que o MPDFT sequer arriscou indicar um valor do possível sobrepreço, reputa-se necessária a atuação desta unidade, a fim de apurar os possíveis danos ao erário e eventualmente propor ações de ressarcimento, a depender da situação do contrato.

17. Assim, será proposta a diligência da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para que justifique as irregularidades apontadas pela empresa representante e pela unidade técnica do TCDF, bem como ao próprio TCDF, para que forneça as informações sobre a situação atual do processo no âmbito daquela Corte.

CONCLUSÃO

24. O presente documento deve ser conhecido como Representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º da Resolução – TCU 259/2014.

25. Considerando os indícios de irregularidades apontados pela empresa representante e pelos trabalhos realizados pela unidade técnica do TCDF, entende-se necessário diligenciar a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e o próprio Tribunal de Contas, a fim de se obter mais informações, capazes de confirmar as possíveis irregularidades e quantificar o eventual dano.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

28. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior propondo:

a) conhecer o presente feito como representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) determinar, com fulcro no art. 250, V, do RI/TCU, a realização de **oitiva** da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para, no prazo de 15 dias, apresentar justificativas sobre os seguintes fatos:

b.1) exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, considerando que os itens objeto da contratação se referem predominantemente a serviços comuns de engenharia;

b.2) ausência de respostas aos pleitos da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções, no bojo do processo de dispensa de licitação 453/2020;

b.3) falha no dimensionamento do quantitativo do serviço “retirada de forro mineral”;

b.4) sobrepreço nos custos unitários dos itens retirada de forro mineral e fornecimento e instalação de forro tipo fibra mineral.

c) realizar **diligência**, com fulcro no art. 157, do RI/TCU, à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para que forneça, no prazo de 15 dias:

c.1) os elementos que subsidiaram a formação de preços da planilha orçamentária para a dispensa de licitação 453/2020;

c.2) os projetos utilizados para a quantificação dos itens de serviços da planilha orçamentária, incluindo memoriais descritivos;

d) realizar **diligência**, com fulcro no art. 157, do RI/TCU, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para que forneça, no prazo de 15 dias, acesso ao processo que trata da contratação do hospital de campanha do Estádio Mané Garrincha.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

SeinfraUrbana, 12 de fevereiro de 2020.

(Assinado eletronicamente)

Marcos Donizete Machado

AUFC - Mat. 9435-8